



AS MULHERES BRASILEIRAS NOS JOGOS OLÍMPICOS DE 1968 NO MÉXICO

Resumo - O cenário esportivo olímpico a partir do século XX passou a ser composto também por mulheres. Essa possibilidade se deve, em muitos casos, à insistência de mulheres que desafiaram seus limites físicos e comprovaram sua capacidade de praticar modalidades esportivas exaustivas, contrariando o discurso médico fundado em diferenças biológicas, que determinavam o papel social da mulher. Sendo assim, esse trabalho tem o objetivo de analisar as intersecções de gênero na formação das identidades de atletas olímpicas brasileiras por meio da 'narrativa biográfica'. Por ser uma modalidade de estudo que privilegia a oralidade, a narrativa biográfica desenvolve suas investigações a partir dos registros da memória e dos episódios significativos para o sujeito, protagonista do fenômeno. Para coleta de dados realizamos duas entrevistas com atletas olímpicas da década de 1960: Aída dos Santos, atleta do atletismo nos Jogos Olímpicos de 1964 e 1968; e Lúcia de Faria Alegria Simões atleta do hipismo nos Jogos Olímpicos de 1968. Nas narrativas as atletas demonstraram pontos de apego no que diz respeito ao modelo hegemônico de feminilidade, mas, ao mesmo tempo, marcam um período de desconstrução do padrão feminino ao atribuírem novos adjetivos para a mulher contemporânea.

Palavras-chave: Esporte, gênero, mulheres olímpicas, Jogos Olímpicos de 1968.

THE BRAZILIAN WOMEN AT THE 1968 OLYMPIC GAMES IN MEXICO

Abstract - By the twentieth century the Olympic scene was also composed by women. This possibility is due, in many cases, to the insistence of women who have challenged their physical limits and proved their ability to practice exhaustive sports, contrary to the medical point of view based on biological differences that determined the social role of women. Therefore, this paper aims to analyze the gender intersections in the Brazilian Olympic women's identity construction through their 'biographical narrative'. This methodology privileges orality and is based on personal memories and meaningful events in the subject's life, who is the protagonist of the phenomenon. In order to collect the data, we conducted interviews with two female Olympic athletes from the 1960s: Aída dos Santos, 1964 and 1968 Olympic Games at athletics; and Lúcia de Faria Alegria Simões, 1968 Olympic Games at equestrianism. The interpretation of the biographical narratives reveals attachment to the hegemonic model of femininity. On the other hand, it marks the beginning of a female pattern deconstruction process, as new adjectives are assigned to contemporary women.

Keywords: Sport, gender, Olympic women, 1968 Olympic Games.

LAS MUJERES BRASILEÑAS EN LOS JUEGOS OLÍMPICOS DE 1968 EN MÉXICO

Resumen - El escenario deportivo olímpico desde siglo XX, incluye también las mujeres de manera significativa. Eso se debe, en muchos casos, a la insistencia de las mujeres que desafiaron sus límites físicos y comprobaron su capacidad de practicar los deportes exhaustivos, contrariando el discurso médico basado en distinciones biológicas, que determinaban el papel social de la mujer. Así, ese trabajo tiene el objetivo de analizar las intersecciones del género en la formación de las identidades de las atletas olímpicas brasileñas a través de las "narraciones biográficas". Siendo una modalidad de estudio que privilegia la oralidad, la narrativa biográfica desarrolla sus investigaciones a partir de los registros de la memoria y de los episodios significativos para el sujeto, el protagonista del fenómeno. Para la recolección de los datos, hicimos las entrevistas con dos atletas olímpicas de la década de 1960: Aída dos Santos, atleta del atletismo en los Juegos Olímpicos de 1964 y 1968; y Lucia de Faria Alegria Simões, atleta de la equitación en los Juegos Olímpicos de 1968. La interpretación de las narrativas mostró que, las atletas señalan puntos de apego al modelo hegemónico de la feminidad, pero al mismo tiempo, marcan un momento de desconstrucción del padrón femenino, atribuyendo nuevos adjetivos para la mujer contemporánea.

Palabras-clave: Deporte, Género, Mujeres olímpicas, Juegos Olímpicos de 1968

Dhênis Rosina

*Escola de Educação
Física e Esporte*

*Universidade de São
Paulo*

dhenisrosina@gmail.com

Bolsista CAPES

*[http://dx.doi.org/
10.30937/2526-
6314.v1n2.id26](http://dx.doi.org/10.30937/2526-6314.v1n2.id26)*

*“Lá embaixo, na rua, gritavam os coros de vozes masculinas.
O que se gritava pode ser lido hoje nos livros de história”
Ruth Kluger – Paisagens da Memória*

Introdução

A participação das mulheres no esporte, em particular nos Jogos Olímpicos Modernos, foi permeada pelo discurso da “verdadeira feminilidade”¹, no qual a mulher era vista como um ser frágil, que deveria compor a esfera privada da sociedade. Fundamentada pelo discurso biologicista, a mulher deveria cumprir sua missão reprodutora, mantendo-se afastada da prática esportiva pela natureza fraca de seu corpo e para manter a integridade do sistema reprodutivo.

Portanto, será a constituição anatômica dos sujeitos que definirá de forma “natural” as recomendações das possibilidades de se movimentar. Nada mais “natural” que recomendar aos homens atividades que presem “a aventura, a potência, o desafio, a força”; e às mulheres “a aventura comedida, a potência controlada, a força mensurada e o desafio ameno”. Assim, o campo esportivo é permitido às mulheres “desde que não deixe de lado, por exemplo, a graciosidade, a delicadeza e a beleza, atributos colados uma suposta ‘essência feminina’ (p. 4)”².

O esporte praticado somente por homens silenciava os excluídos, se caracterizando como uma prática homogênea e, desse modo, não evidenciava nenhuma injustiça. Sendo assim, a participação das mulheres no âmbito esportivo se caracterizava como uma questão de gênero. A permanência da prática esportiva entre homens não, assim “o gênero se torna uma questão de mulheres não de homens (p. 25)”³.

A partir do século XX o cenário olímpico passou a ser composto também por mulheres, essa possibilidade se deve em muitos casos à insistência de mulheres que, mesmo com restrições à sua participação*, desafiaram seus limites físicos e comprovaram sua capacidade de praticar modalidades esportivas exaustivas, contrariando o discurso médico fundado em diferenças biológicas que determinavam o papel social da mulher.

* Em seu livro “Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na revista *Educação Physica*” Goellner⁴ analisa e apresenta as modalidades esportivas consideradas adequadas e incompatíveis a “condição física feminina” por meio do discurso médico-higienista, que aponta as recomendações em relação aos cuidados com o corpo da mulher.

A partir desse contexto esse trabalho tem como objetivo analisar, a partir da narrativa biográfica, as intersecções de gênero na formação das identidades de atletas olímpicas brasileiras que participaram dos Jogos Olímpicos de 1968 no México. Essa escala analítica, que se funda nas subjetividades do sujeito, tem a preocupação de ressaltar o papel dos indivíduos na construção das estruturas sociais, atribuindo e construindo significados para realidade que o cerca. Desse modo, a narrativa não é “simplesmente uma técnica literária de leitura, mas, uma teoria epistemológica que oferece um método de análise dos processos pelos quais os significados são construídos e pelos quais nós construímos os significados (p. 23)”⁵.

Os significados sociais se estabelecem por meio de conflitos, entre o que é normativo e as ações que fogem às regras de determinada cultura. A análise das tensões e conflitos entre os indivíduos e os sistemas normativos da sociedade pretendem trazer à tona, a experiência de sujeitos sociais até então excluídos da investigação histórica.

A revalorização do sujeito na história e a ênfase nas suas experiências individuais, após a renovação teórico-metodológica da história ocorrida nas últimas décadas do século XX, reaqueceram o debate em torno da subjetividade como objeto do conhecimento científico, polêmica acirrada ainda mais pela valorização da história oral – metodologia de pesquisa que tornou possível a constituição de novas fontes para o historiador (p. 912)⁶

Munidos dessas fontes, pesquisadores transformam a experiências das mulheres em narrativas a serem descobertas e escritas, entendendo-as como agentes sociais ativos na sociedade que vivem. Os autores dessa ‘nova história’ entendem as mulheres como sujeitos sociais ativos, em contextos históricos concretos cujas vidas “enquanto membros de famílias, trabalhadoras, membros de organizações ou de movimentos sociais, têm um interesse tanto para historiadores quanto para os não-especialistas (p. 35)”⁷.

A importância de olhar por essa perspectiva permite a análise do silêncio da memória das mulheres quando observamos os registros de uma história oficial. Essa

discussão fundada na história social permite aproximar também de uma história política[†] quando trabalhamos com conceitos relativos ao poder.

Gênero: Organização social da diferença sexual

As significações produzidas pelos sujeitos nascem de uma disputa política, que constrói relações de poder fundadas na dominação e subordinação. Desse modo, os significados atribuídos à “diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder (p. 20)”⁵.

Tilly⁶ ressalta que são essas estruturas de poder, na forma de regras sociais, fundadas em costumes configurados em crenças e opiniões, que configuram e modelam a vida das mulheres.

Quando analisado a partir das estruturas de poder que organizam determinada sociedade, as atribuições de significados para a sexualidade humana rompem com o discurso fundado em explicações biológicas, que naturalizam a diferença entre homens e mulheres e passam a ser interpretadas pelas ciências sociais como um campo constituído histórico e culturalmente, como meio de legitimação da dominação masculina. As relações de gênero são entendidas como construções sociais, que servem para legitimar os papéis de homens e mulheres como instituições normativas da vida social.

Na base do discurso da diferença natural entre os sexos encontra-se, por sua vez, o pressuposto da existência de uma hierarquia entre os sexos na qual as mulheres eram consideradas ‘naturalmente’ inferiores e subordinadas aos homens, hierarquia esta que fundamentou as históricas relações de dominação masculina, buscando limitar os âmbitos de atuação da mulher (p. 141)⁹.

[†] Consideramos aqui uma “nova História Política” nas palavras de Rémond⁸ (p. 17) não se trata mais de uma História “uniformemente narrativa, escrava do relato linear, e no melhor dos casos, só temperava a mediocridade de uma descrição submetida à cronologia pelo talento eventual do autor”, essa nova História reside nos sentido de interrogar o sentido dos fatos, instituindo uma ‘nova’ natureza da realidade e em ‘novos’ objetos de conhecimento histórico. Traçando novas fronteiras e dialogando com outras ciências.

Para Joan Scott “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim, o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração (p. 15)”³. Essa questão contrapõe a ideia iluminista de igualdade política e representação legal para todos, que de início se restringiu a alguns grupos de homens, fortalecendo uma ideia de igualdade para iguais. Mantendo pobres, negros e mulheres a margem dos direitos políticos conquistados pela revolução, essa exclusão foi explicada e justificada pelos conceitos de raça e gênero, fundamentados em argumentos provindos das ciências biológicas. Quando deveriam ser analisadas ao inverso, pela construção dos processos de diferenciação social, que produzem as exclusões e escravizações. A diferença se estabelece, portanto, como uma forma utilizada para organizar a vida social.

O gênero passa então a ser entendido para além das diferenças sexuais, se constituindo em um saber produzido por diferentes culturas e sociedades. Assim, o saber não é nem absoluto nem verdadeiro, mas sempre relativo e serve para “ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela (p. 13)”⁵.

Para Joan Scott “gênero é a organização social da diferença sexual”, entendendo assim, que as diferenças físicas fixas entre homens e mulheres se estabelecem como um saber que significam as diferenças corporais. Portanto, a diferença entre homens e mulheres não tem como causa original a diferença sexual. Mas sim, o modo como uma organização social explica esse saber.

[...] Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é ‘puro’, não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância – mas sim uma organização variada que deve, ser ela própria explicada (p. 13)⁵.

Com esse posicionamento Joan Scott atribui também à história o papel da produção do saber sobre a diferença sexual. A representação que o historiador faz do

passado oferece uma compreensão das questões de gênero em sua análise, pois deixa implícito em seus discursos a diferença sexual, quando assume uma explicação objetiva das identidades fundadas nas características pré-ditas entre homens e mulheres.

A história escrita dessa forma produz e reproduz as diferenças sexuais, apresentando-as como instâncias inalteráveis, que justificam a discriminação por um discurso dominante, que atribui importâncias para alguns temas e desqualificam outros. Existe a necessidade de “examinar gênero concretamente, contextualmente, e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo (p. 19)”⁵.

Esse avanço epistemológico permite olhar para a história do esporte e dos Jogos Olímpicos com ‘outros olhos’, considerando fontes até então desconsideradas para uma escrita da história.

História e Histórias de Vida

A orientação metodológica desse estudo se ancora no conceito de narrativas biográficas proposto por Rubio¹⁰ (2014). As narrativas são entendidas como discursos individuais que “oferecem uma compreensão do sujeito que narra” a partir das experiências acumuladas na trajetória de sua existência.

O exercício da narrativa envolve o exercício da busca de imagens e lembranças do passado de alguém que transforma essas informações em verbalização [...]. Nessa dinâmica estão implicados o exercício da memória, a ação do recordar, a captura do tempo e a transformação para uma forma de linguagem (p. 113)¹⁰.

Por ser uma modalidade dos estudos que privilegiam a oralidade, a narrativa biográfica desenvolve suas investigações a partir dos registros da memória e dos episódios significativos atribuídos pelo indivíduo, protagonista do fenômeno. Portanto, esses episódios não seguem necessariamente a uma linearidade ou se prendem a fatos oficiais ligados a uma verdade histórica incontestável.

Essa metodologia privilegia a oralidade, o testemunho vivo de épocas ou de período históricos, sendo assim, um instrumento qualitativo por excelência, pois, rompe

com o modelo de explicação causal e linear do fenômeno estudado e transfere ao entrevistador-pesquisador o papel ativo na busca de elementos significativos para a compreensão do seu objeto de pesquisa.

O trabalho com memória oral nos mostra pontos de vista distintos e por vezes contraditórias entre eles. A narrativa não privilegia a unilateralidade para o qual tendem certas instituições e discursos oficiais, para Bosi¹¹ aí se encontra a maior riqueza dessa modalidade de pesquisa.

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios (p. 15).

Nessa perspectiva o indivíduo é entendido como uma síntese complexa de elementos sociais, portanto, na singularidade de cada história de vida percebemos os traços da coletividade entendendo o significado que os fatos vividos tiveram para os seus protagonistas. O ato de narrar permite ao sujeito, por meio da memória, recriar sua história e ao mesmo tempo contribui para a elaboração de construções identitárias. Sendo assim, a narração pode ser considerada uma narrativa identitária.

A narrativa, portanto, será considerada uma “escavação” original do indivíduo, que busca na memória os fatos mais significativos, não arbitrariamente[‡]. Mesmo operando com liberdade na escolha dos acontecimentos no espaço e no tempo a memória incide de um significado coletivo. A memória se enraíza no concreto, ela é formada coletivamente e quando consideramos as narrativas individuais como elemento fundamente da pesquisa propomos superar o âmbito da subjetividade e alcançar o plano social e entender que o relato está inscrito na coletividade à qual o narrador se insere: “O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado (p. 54)”¹¹.

[‡] Destacamos aqui as preocupações do sociólogo Pierre Bourdieu¹⁴ que alerta para o perigo da ‘ilusão biográfica’ quando se retiram os conflitos e as discontinuidades da trajetória do indivíduo e estabelece um sentido artificial e linear para sua história, produzindo uma ‘apresentação oficial de si’.

O registro dessas histórias foi feito por meio de entrevistas, no qual procuramos captar a experiência afetiva das narradoras que viveram esse momento histórico^{12,13}. Para coleta de dados realizamos duas entrevistas com atletas olímpicas da década de 1960: Aída dos Santos, atleta do atletismo nos Jogos Olímpicos de 1964 e 1968; e Lúcia de Faria Alegria Simões atleta do hipismo nos Jogos Olímpicos de 1968.

Quanto ao encaminhamento da entrevista, combinamos como sugere a metodologia adotada, dois procedimentos técnicos de pesquisa: história de vida e perguntas exploratórias, na condição que o recordador tenha a liberdade de compor, à sua vontade, os momentos do seu passado. De modo que a memória não represente “passividade, mas *forma organizadora*, é importante *respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação* porque são o mapa efetivo da sua experiência e da experiência do seu grupo (p. 56, grifo nosso)”¹¹.

A duração da entrevista coincidiu com o tempo lembrado pelo sujeito, um tempo intuído por dentro. Tempo que deve ser respeitado pelo pesquisador, que a todo momento deve manter a liberdade do depoimento. Desse modo a entrevista não se torna uma apropriação indébita do pesquisador com o entrevistado, mas sim em uma relação de confiança e de amizade.

A fim de tornar a entrevista um documento analítico para a pesquisa, transcrevemos e transformamos o relato em texto.

Essas entrevistas permitiram investigar como essas atletas construíram suas identidades, conquistaram novos espaços no campo esportivo e também como os papéis normativos de gênero contribuem para a afirmação dessas atletas como mulheres.

As Mulheres Brasileiras nos Jogos Olímpicos de 1968

A preocupação central desse trabalho gira em torno das atletas que foram aos Jogos Olímpicos de 1968 no México. Nesse evento a delegação brasileira foi composta por quatro atletas: Aída dos Santos, Irenice Rodrigues, Maria da Conceição Ciapriano e Lúcia de Faria Alegria Simões.

Realizamos a apresentação e a interpretação das narrativas de duas atletas: Aída dos Santos e Lúcia de Faria Alegria Simões. Tendo em vista que as outras duas atletas são falecidas.

A trajetória das atletas Irenice Rodrigues e Maria da Conceição Cipriano foi reconstruída por fontes documentais pela autora Claudia Maria de Farias^{6,15} nos artigos “O atletismo feminino brasileiro sob a ditadura civil-militar: novos obstáculos e caminhos” e “Superando barreiras e preconceitos: Trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras”, no qual a autora se propõe a discutir a permanência e ampliação da participação feminina no campo esportivo brasileiro.

As narrativas que apresento a seguir são transcrições feitas a partir da entrevista transcrita. E tem como preocupação a construção de uma breve biografia dessas atletas a partir de suas memórias. Sendo assim, não cabe nesse momento os marcos cronológicos de suas carreiras, mas sim os pontos mais significativos que elas destacaram em suas narrativas.

Aída dos Santos, menina negra de Niterói, começou a praticar esporte contrariando seu pai, que dizia “que medalha não enche barriga de ninguém não. Pobre tem que trabalhar para dar sustento à família”. Mesmo assim, Aída e sua colega conseguiram driblar o pai e ir aos treinos e competições.

Representou o atletismo brasileiro em competições nacionais e internacionais. Participou dos Jogos Olímpicos de 1964 em Tóquio e 1968 na Cidade do México, nas modalidades de salto em altura e pentatlo.

Aída gostava mesmo de jogar voleibol e sempre ia aos treinos de carona na bicicleta de uma amiga. Sem o número suficiente de atletas o treino de vôlei foi cancelado. Então, participou do treino de atletismo para não voltar a pé para casa, condição posta pela amiga. Já no primeiro treino Aída se destacou. Mesmo sem técnica para o salto alcançou marcas que ultrapassaram as das meninas que já treinavam. Com isso vieram os primeiros convites para competições e a sua entrada nos clubes esportivos para treinar.

O dinheiro que o clube dava para comprar passagens para o treino, “como eram muito pobres” o pai pegava para comprar pão, isso fazia com que Aída faltasse aos treinos e muitas vezes passasse mal, chegando a desmaiar de fome. Mesmo nessas condições Aída garantiu sua participação nos Jogos Olímpicos de 1964 em Tóquio, no Japão.

Aída foi a única mulher a representar o Brasil nessa edição dos Jogos. Para isso, teve que confirmar seu índice cinco vezes. Para participar dos Jogos teve que providenciar a roupa para o desfile de abertura.

Sem dominar a língua do país, sem material esportivo, Aída ficou sozinha na vila olímpica e participou das competições a ‘duras penas’. Contou com mímica, a imitação e a ajuda de atletas de outros países, que conhecia de outras competições. Conquistou o quarto lugar na competição.

De volta ao Brasil recusou o carro do corpo de bombeiros e os repórteres, “quando eu precisei de vocês não me deram nada, agora eu não quero, quero ir para minha casa”. E assim os treinos continuaram para os Jogos Olímpicos de 1968 na cidade do México, para disputar o pentatlo. Cinco dias antes de sua competição, sob comando do técnico, foi demonstrar o salto em barreiras sem se aquecer já que, segundo o técnico, “mulher não tem distensão não”. Caiu durante a demonstração e lesionou o joelho. Mesmo lesionada e contrariando a equipe médica participou das competições.

Após ficar de fora dos Jogos Olímpicos de 1972 como punição por uma entrevista que concedeu; Aída já estava casada e decidiu deixar o esporte.

Lucia de Faria Alegria Simões começou a montar cavalos para os passeios na casa da família em Petrópolis, percebeu sua afinidade com o animal, experimentou saltar ainda na propriedade da família.

Começou a “carreira no esporte” montando na hípica, foi a primeira mulher a participar das provas de hipismo em Jogos Olímpicos pelo Brasil. Durante toda a juventude se dedicou às competições e concursos hípicas. Após deixar de competir percebeu que poderia fazer do esporte uma profissão; foi então que se dedicou ao ensino em uma escola de equitação. Quando parou de montar devido a um acidente Lucia passou a desenhar percursos para competições.

Sua carreira júnior se desenvolveu no Brasil e quando atingiu a idade de sênior Lucia se mudou para Europa. O presidente da confederação brasileira “tinha a visão de manter uma equipe lá na Europa”.

Com um bom animal Lucia alcançou bons resultados em três concursos, mesmo “sem intenção de ir para as olimpíadas nem nada” se dispôs a emprestar seu cavalo a

outro cavaleiro. Nelson Pessoa[§], chefe da equipe, “disse não, como o cavalo é seu e você está bem com ele [...] vai você, e aí eu fui”.

Assim Lucia compôs o quadro das quatro mulheres que abriram o desfile do Brasil nos Jogos Olímpicos de 1968. “Eu me lembro que naquele desfile da abertura dos Jogos éramos nós quatro ali na frente, depois o resto dos homens”.

Papéis normativos de gênero e formação da identidade das atletas

A trajetória das duas atletas: Aída dos Santos e Lucia Simões; se desenvolveu em ambientes e classes sociais distintas. Do mesmo modo, as modalidades esportivas praticadas por elas exprimem em si uma distinção social marcada pelos equipamentos e ambientes necessários a sua prática.

Destacamos na análise que mesmo em ambientes e grupos sociais distintos as duas atletas ainda vinculavam a definição de sua identidade a partir dos papéis normativos de gênero estabelecidos até então, como a figura da mãe e da mulher dona de casa.

Nas entrevistas tanto Aída dos Santos como Lucia Simões demonstraram uma preocupação em demarcar o casamento em suas trajetórias.

Ah! eu me casei com trinta e três anos, casei em 1971. Meu único namorado se tornou meu esposo. Eu não tinha tempo pra namorar. Por que eu trabalhava a semana toda e estudava, sábado e domingo eram as competições... ele tinha que ir comigo para a competição se quisesse namorar (Trecho da entrevista de Aída dos Santos).

.....
Como eu fiquei nesse negócio de fazer as competições, eu fui me casar com 30 anos. Na minha época, as minhas amigas com 24 anos já estavam noivas, no final da faculdade; o papo, o assunto era só este [...]. Mas eu atrasei minha vida familiar, eu me casei com 30 anos porque eu com 24-25 anos ainda morava fora do país (Trecho da entrevista de Lucia Simões).

[§] Nelson Pessoa foi uns dos atletas mais longevos do hipismo brasileiro, sua primeira participação olímpica foi nos Jogos de Melbourne em 1956 e sua última participação como atleta foi em 1992 nos Jogos Olímpicos de Barcelona. Na edição seguinte foi técnico da equipe brasileira. Nelson Pessoa ainda participou dos Jogos Olímpicos de 1964, 1968 e 1972. Mudou-se para Europa na década de 1960, em 1981 montou um haras na Bélgica, país que vive até o presente¹⁶.

É importante ressaltar que o casamento está presente em ambas as narrativas, mas podemos perceber diferentes pesos quando levamos em conta os grupos sociais que as atletas frequentavam. Na entrevista de Aída o namoro e o casamento se apresentaram como papéis sociais normativos, comum à mulher de seu tempo. Quando analisamos a entrevista de Lucia Simões o peso do casamento soma-se à normatividade do grupo social que ela frequentava.

E mesmo eu, mulher, fazendo esse esporte, montar cavalo, eu digo na minha, entre minhas amigas e no colégio e tudo isto, eu me sentia assim, nem comentava muito sobre as coisas que eu estava fazendo nem nada porque ninguém entendia nada e nem curtia muito (Trecho da entrevista de Lucia Simões).

Outra preocupação recorrente em ambas as entrevistas foi o tema da maternidade. A maternidade para Aída dos Santos aconteceu num momento que sua carreira como atleta de rendimento já tinha se encerrado, assim sua preocupação era quanto às dificuldades de uma mulher, negra e trabalhadora para educar seus filhos. E foi para a prática esportiva que os encaminhou, “praticaram porque, pra sair da rua. Eu trabalhando fora, pra saber que está bem, vai fazer um esporte” (Trecho da entrevista de Aída dos Santos).

Ao perguntar se teve toda sua vida dedicada ao esporte, Aída responde: para o esporte, para o esporte, por que se não fosse pelo esporte eu não teria essa vida pra mim criar meus filhos como eu criei através do esporte (Trecho da entrevista de Aída dos Santos).

A maternidade na carreira de Lucia Simões significava a interrupção de suas atividades na equitação, visto que essa prática era desaconselhada durante a gestação. Assim, “mesmo nova” chegou o momento que a atleta “fez a escolha” de ser mãe. Em seu discurso “tem uma hora pra tudo”, a condição de mãe aparece como regra comum a todas as mulheres da época.

Estava nova ainda, tinha trinta e poucos anos, e tinha muitos amigos, alunos e então fui adiando um pouquinho esta onda de parar pra ter filho e tudo. Mas tem uma hora que a gente, tem hora pra tudo, então pra mim a minha hora chegou aí (Trecho da entrevista de Lucia Simões).

Essas atletas, mesmo exprimindo o peso de suas identidades em papéis normativos de gênero marcaram um momento importante no esporte brasileiro. Em suas narrativas elas demonstram o esporte como um lugar que as mulheres já conquistaram parte de um espaço importante que se consolidava com algumas conquistas.

Mesmo diante do espaço conquistado ao longo do século XX, Rubio¹⁷ destaca que a participação feminina: “representa apenas umas das faces do discurso sobre as relações de gênero que se espelha no esporte (p. 87)”. Para garantir esse espaço e a sua permanência é necessário posicionamentos e conflitos que muitas vezes desagradam os dirigentes da modalidade.

Desse modo, entendemos que os processos de formação da identidade se dão por conflitos políticos e sociais, não são entendidas como entidades eternas: “Faz mais sentido perguntar como os processos de diferenciação social operam e desenvolver análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais (p. 29)”³.

Assim, mesmo quando contrariadas as mulheres encontraram maneiras de exprimir seus próprios interesses e de defendê-los, configurando uma relação de tensão entre os novos papéis e espaços conquistados pelas mulheres; e a ordem “natural” dos grupos e da ordenação social.

Considerações Finais

A interpretação das narrativas demonstrou que, as atletas expressam o momento histórico em que vivem marcando a presença e contribuindo para a ampliação da participação feminina no âmbito esportivo. A presença da mulher atleta tumultuava o meio esportivo e social na década de 1960, gerando indiferenças e preconceitos em seu cotidiano que marcaram de forma significativa sua trajetória como atleta, levando-a a

uma atitude de enfrentamento ou de invisibilidade na tomada de decisões frente a esses problemas.

Nas narrativas podemos observar que ao mesmo tempo em que as atletas associam sua identidade a concepções normatizadas e hegemônicas da feminilidade elas marcam um período de desconstrução do padrão feminino ao atribuírem novos adjetivos para a mulher contemporânea.

A incorporação e a definição da existência de papéis normativos implicam numa assimetria entre as experiências masculinas e femininas. E são, justamente, as diferenças dessas ‘experiências’ que explicarão a diferença de gênero. A partir dessa lógica, a discriminação de gênero e a normatividade de papéis sociais servem para barrar ou minimizar as experiências femininas no campo esportivo. Contribuindo para reproduzir o discurso do esporte como uma atividade masculina e masculinizadora afastando as mulheres de sua prática.

Referências

- 1 Deive FP, Votre SJ. Primórdios da natação competitiva feminina: Do ‘páreo elegância’ aos Jogos Olímpicos de Los Angeles. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 2012; 34(1): 217-233.
- 2 Goellner SV. História das mulheres no esporte: O gênero como categoria analítica. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte*. Recife. 2007; 1: 1-10.
- 3 Scott JW. O Enigma da Igualdade. *Estudos Feministas*. 2005; 13(1): 11-30.
- 4 Goellner SV. *Bela, maternal e feminina: Imagens da mulher na Revista de Educação Physica*. Ijuí: Editora Unijuí; 2003.
- 5 Scott JW. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*. 1994; 3: 11-27.
- 6 Farias CM. O atletismo feminino brasileiro sob a ditadura civil-militar: novos obstáculos e caminhos. *La Manzana de La Discordia*. 2012; 7(1): 23-39.
- 7 Tilly LA. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*. 1994; 3: 29-62.
- 8 Rémond R. Uma história presente. In: Rémond R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2003.
- 9 Franco SMS. *Peregrinas de outrora: Viajantes latino-americanas no século XIX*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2008.
- 10 Rubio K. *Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos*. São Paulo: Laços/Képos; 2014.
- 11 Bosi E. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial; 2003.
- 12 Rubio K. *Heróis olímpicos brasileiros*. São Paulo: Editora Zouk; 2004.
- 13 Rubio K. *Medalhistas olímpicos brasileiros: Memórias, histórias e imaginário*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2006.
- 14 Bourdieu P. A Ilusão biográfica”. In: Ferreira MM, Amado J. Organizadores. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2006.

15 Farias CM. Superando barreiras e preconceitos: Trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras. *Estudos Feministas*. 2011; 19(3): 911-929.

16 Rubio K. *Atletas olímpicos brasileiros*. São Paulo: Sesi-SP Editora; 2015.

17 Rubio K. A cordialidade feminina no esporte brasileiro. In: Rubio K. Organizadora. *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2011.

Introdução

A cada quatro anos, o mundo assiste a reunião de atletas de diferentes pontos do mundo em uma mesma competição: os Jogos Olímpicos. Na edição de 2016 os competidores representaram 207 delegações. Uma era de refugiados, atletas que não estavam vinculados a nenhum Comitê Olímpico Nacional, mas que receberam a oportunidade de competir. Havia ainda um grupo de atletas independentes, oriundos do Kuwait, país suspenso das atividades do Comitê Olímpico Internacional. Com mais de duas centenas de países representados, é impossível negar o caráter transnacional dos Jogos Olímpicos. Na primeira edição dos Jogos na Era Moderna, em 1896, participaram atletas de catorze países. Um número que pode parecer pequeno comparado aos recentes, mas significativo analisando-se o contexto no qual os Jogos foram fundados.

Este artigo discute o papel dos Estados Nacionais nas primeiras edições dos Jogos Olímpicos da Era moderna, mostrando que a competição surgiu com um ideal internacionalista. Para tanto serão analisados os relatórios oficiais e documentos escritos por Pierre de Coubertin sobre o tema, sob a perspectiva de teóricos que discutem o papel dos Estados Nacionais e os diferentes aspectos da globalização^{1,2}. Como marco temporal será utilizada a periodização proposta por Rubio³ que divide os Jogos Olímpicos da Era Moderna em cinco momentos: fase de estabelecimento (1896 a 1912), fase de afirmação (1920 a 1936), fase de conflito (1948 a 1984) e fase profissional (iniciada em 1988). Em texto mais recente, Rubio⁴ aponta o início de uma nova fase a partir dos Jogos Olímpicos de 2020. Neste artigo, porém, o foco está na fase de estabelecimento.

As nações e o transnacionalismo

Com as comunicações cada vez mais rápidas e facilidades de deslocamento, hoje a concepção de espaço é distinta daquela que existia há séculos atrás. Entretanto, este

mundo com outra dimensão de velocidade tem ainda limites que foram definidos há tempos: as fronteiras nacionais. Tidos como naturais, estes limites são uma criação humana, conforme pontua Hobsbawm⁵ “A ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’” (p.19).

Gottmann⁶ aponta que o processo de formação das nações tem origem no período das grandes navegações. Segundo o autor, o principal sustentáculo das nações durante este período foi o território. No fim do século XIX, com o fim das colônias na América do Sul e o início da colonização da África, as disputas territoriais também mudaram na Europa, com a unificação de países e definição de novas fronteiras.

No início do século passado, Vallaux⁷ já dizia que era impossível ignorar a existência e influência de outras nações, por mais distantes que elas estivessem geograficamente. O que se via era uma intensificação da doutrina da compartimentação espacial, com o surgimento de diversas nações independentes, ao mesmo tempo em que a interdependência entre elas crescia. As distâncias eram percorridas cada vez mais rapidamente e a vida das pessoas cada vez mais era influenciada por aquilo que acontecia fora dos limites do Estado-Nação.

No final do século XIX surgiram algumas entidades supranacionais que tiveram como função regular e coordenar serviços⁸, como a União Telegráfica Internacional e a Organização Meteorológica Internacional. É neste contexto que se expande a formação de redes entre diferentes nações. Santos¹ diz que a rede também é social e política, pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam. Muito além das trocas econômicas, o que vemos em uma sociedade mais interligada são trocas de bens culturais e a formação de contatos políticos. As ferrovias e o telégrafo promoveram mudanças ao longo do século XIX, e o século XX viu um encurtamento ainda maior das distâncias.

Essa conexão cada vez maior entre indivíduos de diferentes pontos foi amplamente estudada nos últimos anos, sendo chamada de globalização. Todavia, é preciso considerar que o termo globalizado, apesar de amplamente utilizado para diversas áreas de conhecimento, está principalmente ligado a conceitos econômicos. No que se refere as relações sociais e culturais, utiliza-se o termo sociedade transnacional, por transcenderem os limites da nação. O esporte, como fenômeno cultural e social, não ficou imune a isto.

Houlian² constata cinco diferentes fenômenos do esporte atual que estão ligados à globalização/transnacionalidade. São eles: a internacionalização, liberalização, ocidentalização, desterritorialização e universalização. A internacionalização permite que atletas possam circular por diferentes países para a disputa de circuitos e competições em todo o mundo, tal como ocorre com os tenistas e pilotos de Fórmula 1. Já a liberalização é ligada à economia e facilita o fluxo de pessoas e mercadorias. Os exemplos citados são a Lei Bosman e a venda de direitos de TV. A ocidentalização, também chamada de americanização, é a expansão da estrutura social ocidental pelo mundo. A padronização das regras, a especialização de profissionais e os critérios científicos para detecção de talentos são exemplos. A desterritorialização ocorre quando se muda a percepção de tempo, espaço e distância, podendo ser exemplificada pelas comunidades de torcedores ingleses e escoceses nos Estados Unidos. Por fim, o autor define o fenômeno da universalização, que é quando há uma homogeneização da cultura. Os Jogos Olímpicos são o melhor exemplo, pois representantes de vários lugares se reúnem em uma mesma competição, sob as mesmas regras para comporem, juntos, um evento. Iniciado no final do século XIX, dentro de um contexto no qual políticas internacionalistas ganhavam mais projeção, os Jogos Olímpicos atravessaram o século XX e adentraram o XXI suscetível às mudanças sociais e culturais ocorridas, exemplificadas e até mesmo antecipadas pelo esporte.

Hobsbawm⁵ aponta que: “Entre as guerras, porém, o esporte internacional tornou-se, como George Orwell logo notou, uma expressão de luta nacional, com os esportistas representando seus Estados ou nações” (p.171).

O (re)nascimento dos Jogos

A criação dos Jogos Olímpicos da Era Moderna no final do século XIX ocorre juntamente a outras ações de caráter internacionalista. No relatório oficial dos Jogos de 1896⁹, o próprio Barão Pierre de Coubertin detalha que vários fatores foram primordiais para a realização do evento. Entre eles, o aumento na prática esportiva pelo mundo, conforme destaca Coubertin apud Muller¹⁰

Durante o século XIX viu-se como renascia em todos os lugares o gosto pelos exercícios físicos: no alvorecer do século, na Alemanha e na Suécia;

em seu apogeu, na Inglaterra; em seu declínio, nos Estados Unidos e na França. (p.300)

Desde o início, o Barão idealizou uma competição de caráter internacionalista e sabia que isso era possível graças aos avanços tecnológicos, que facilitavam os deslocamentos e também as comunicações. O esporte poderia contribuir ainda mais com a diplomacia¹⁰

A estrada de ferro e o telégrafo, encurtaram as distâncias e os homens começaram uma nova forma de existência; as raças se interpenetraram, aprenderam a se conhecer melhor e em seguida gostaram de se comparar entre si. O que uma realizava, a outra queria tentar; as exposições universais levaram a um mesmo ponto do globo produtos dos países mais longínquos; os congressos literários ou científicos colocaram em contato os cérebros mais diversos. Como não teriam tentado se encontrar os atletas quando a emulação é a própria base do atletismo e praticamente sua razão de ser? (p.300)

Coubertin reconhecia que os Jogos Olímpicos não foram pioneiros neste aspecto, pois no século XIX países europeus sediaram competições com atletas de diversas regiões diferentes, com destaque para as provas de tiro na Suíça e para os giros ciclísticos. Entre os anos de 1896 e 1920, o Comitê Olímpico Internacional (COI) contou com seis membros de famílias reais, 35 nobres, 1 presidente, 1 ministro, 3 embaixadores, 1 membro de parlamento, 26 intelectuais, 11 militares, 1 businessmen e apenas dois desportistas¹¹. Além dos nobres, representantes de clubes e sociedades esportivas também foram chamados.

A reunião que deu origem ao Comitê Olímpico Internacional ocorreu entre os dias 16 e 24 de junho de 1894. O encontro reuniu aproximadamente duas mil pessoas e teve como medida mais importante a decisão de organizar a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. A primeira proposta era realizar a disputa inicial em 1900, em Paris, aproveitando-se da realização da exposição universal. Mas dois fatores fizeram que a estreia fosse antecipada: a empolgação dos participantes do encontro e o

desejo dos gregos de sediarem o evento, uma vez que uma das inspirações para a competição eram os Jogos Olímpicos da Antiguidade.

Desde o início a proposta era realizar uma competição internacional e com sedes diferentes a cada edição¹⁰

Os Jogos Olímpicos são concursos internacionais, verdadeiros campeonatos mundiais, nos quais encontram-se representados todos os esportes e exercícios físicos praticados atualmente. Terão lugar em 1896 em Atenas, em 1900 em Paris, e depois, a cada quatro anos, nas diferentes capitais do mundo [...] A celebração dos jogos se fará com a maior solenidade possível; em qualquer lugar que se celebrem, se solicitará aos respectivos governos que prestem seu apoio oficial. (p.653)

A primeira edição olímpica da era moderna reuniu 241 atletas de 14 países. Três subcomitês foram formados para trabalhar na definição das regras das modalidades que seriam disputadas, uma vez que ainda não havia um padrão para as disputas.

Após cada prova a bandeira do país do atleta vencedor era hasteada, algo destacado por Coubertin como uma ideia engenhosa que resume e destaca o caráter internacional dos Jogos. A ligação entre países e atletas não parou por aí. O relatório oficial da primeira edição dos Jogos traz, ao lado do nome dos vencedores das disputas, o país de origem. Realizados os Jogos de 1896, era hora de trabalhar para fazer a segunda edição dos Jogos em 1900, em Paris.

1900 – Os Jogos dentro da Exposição Universal

A segunda edição foi realizada na França, paralelamente à Exposição Universal, e recebeu o nome de “Concurso de Exercícios Físicos e Esportes da Exposição de 1900” - nomenclatura que deixava claro: as disputas esportivas eram ainda um apêndice de um evento maior. Parte do concurso era internacional, porém em alguns casos as provas foram disputadas apenas por atletas e equipes francesas. A organização foi dividida em dez seções e para cada uma delas foi montado um comitê que além de providenciar as estruturas foi responsável pela definição das regras.

Como parte da exposição, as disputas olímpicas acabaram se estendendo por meses. Ideia que, em princípio, agradou Coubertin¹⁰

“Era inútil esforçar-se em agrupar desportos e datas numa ‘quinzena Olímpica’ cujo esplendor permaneceria sempre embaçado pela proximidade da Exposição. Não havíamos pensado nem de longe no quanto irritante resultaria a data de 1900 justamente desde este ponto de vista. Mas isso tudo tinha, pelo menos, um lado bom; a ‘dispersão’ fazia com que a organização fosse muito menos onerosa e mais fácil.” (p.369 e 370)

Com diferentes comitês organizando as modalidades, as regras e condições para inscrições foram distintas. A vinculação de atletas e equipes a países, por exemplo, não foi necessária e em algumas modalidades chegou a haver a presença de times mistos, com competidores de diferentes países em uma mesma equipe. O torneio de pólo equestre foi vencido por uma equipe com atletas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Os britânicos tinham ainda mais duas equipes. No pólo aquático, das oito equipes participantes, duas eram britânicas e quatro francesas. Apesar disto, o relatório oficial da competição traz ao lado do nome dos vencedores o país de origem dos mesmos. A segunda edição olímpica contou 997 atletas de 24 países.

Mesmo com o número de participantes maior que o da Grécia, os Jogos Olímpicos de 1900 foram marcados pela desorganização¹¹ “Muitos dos atletas que participaram desses jogos nunca souberam que os mesmos eram Jogos Olímpicos, tendo sido informados disso somente quando receberam a premiação, alguns anos depois”. (p.11)

Os problemas organizacionais e a realização de competições nacionais dentro do programa olímpico incomodaram a Coubertin¹⁰, que reconheceu a necessidade de um divórcio entre o Movimento Olímpico e as Exposições Universais.

“A experiência de 1900 e que provava que no futuro seria preciso se precaver muito para jamais anexar os Jogos Olímpicos a uma dessas grandes feiras, no interior das quais seu valor filosófico se evapora e sua mensagem pedagógica torna-se inoperante.” (p.386)

Apesar dos problemas, a edição seguinte já começava a ser planejada, novamente ligada à exposição universal. Em 1904, os Jogos seriam realizados pela primeira vez nos Estados Unidos. Paradoxalmente, ao cruzar o Atlântico pela primeira vez a competição se arriscou a perder seu caráter internacional.

1904 Uma disputa mundial, ou interna?

Compreender a edição olímpica de 1904 é um desafio complexo, a começar pela existência de dois relatórios oficiais das disputas: um elaborado por Charles J. P. Lucas e outro por James E. Sullivan. A disputa interna começou antes mesmo do evento, com as cidades de Chicago e Saint Louis pleiteando o direito de sediar a competição, sendo a segunda a escolhida. Coubertin se afastou da organização do evento e, conforme destaca Müller¹⁰ não há artigos escritos por ele a respeito da competição.

Diferentemente das edições olímpicas anteriores, nas quais os relatórios traziam os resultados identificando os atletas pelo nome e países de origem, os documentos oficiais de 1904 trazem os nomes dos atletas precedidos da instituição que eles representavam, no caso dos norte-americanos (sejam universidades ou sociedades esportivas) e somente os estrangeiros eram identificados pelo país. Uma das justificativas para isto é que a disputa era muito maior entre atletas e equipes norte-americanas que entre representantes de diferentes nações.

Lucas¹² diz que desde o início dos Jogos a principal disputa era entre os atletas do New York Athletic Club e da Chicago Athletic Association. Outras equipes que tiveram destaque foram o Milwaukee Athletic Club e o Greater Athletic Club.

A maneira como os norte-americanos organizaram os Jogos e os altos custos para enviar atletas da Europa pesaram para um esvaziamento da competição, que teve representantes de doze países. Além das disputas entre diferentes equipes norte-americanas, os Jogos Olímpicos de 1904 foram realizados simultaneamente aos “Jogos Antropológicos”, uma competição entre diferentes etnias indígenas. A realização da competição paralela foi um grande fracasso e teve péssima repercussão³. Com tantos problemas e a supremacia brutal dos norte-americanos, o COI via a necessidade de fazer mudanças nos Jogos de 1908, que seriam realizados em Roma.

1908 – Novamente internacional

Desde a re-fundação dos Jogos Olímpicos, a proposta do Comitê Olímpico Internacional era que os Jogos fossem realizados a cada quatro anos. Porém, em 1906, uma competição alusiva aos dez anos dos Jogos Olímpicos da Era Moderna foi realizada na Grécia – os Jogos Intermediários.

Salvador apud Giglio¹³ aponta que a realização da competição em 1906 teve um papel fundamental para os Jogos Olímpicos seguintes.

“Curiosamente, estas Olimpíadas, inexistentes para o COI, salvaram os Jogos que estavam a ponto de romper devido às brigas políticas que envolviam os aristocratas detentores do chamado movimento olímpico. Em Atenas foi realizado um encontro entre os diversos membros do COI, custeados pelo governo grego, e como é natural apareceram todos. E o medo de perder o pouco que se havia avançado colocou paz nas reuniões celebradas, mas os órgãos oficiais do COI nunca reconheceram esses Jogos.” (p.137)

Uma das discussões feitas após a realização dos Jogos Intermediários foi a necessidade da unificação de regras¹³. A disputa contou com 887 atletas de vinte nações e ajudou a dar um novo impulso no movimento olímpico¹¹. Apesar deste ânimo, no final de 1906 o Comitê Olímpico Italiano alegou dificuldades financeiras para organizar a competição de 1908 em Roma. A Grã Bretanha, que já possuía uma Associação Olímpica, foi escolhida como sede. Paradoxalmente, a dificuldade em aprontar os locais de prova e definir os detalhes da competição acabou sendo um dos fatores que tornaram os Jogos mais organizados: devido ao tempo escasso, foram limitados o número de eventos esportivos e também a quantidade de atletas.

Os convites para a participação nos Jogos foram enviados a representantes de diferentes países, que receberam junto os livros com as regras que seriam adotadas¹⁴

“Não se pode duvidar que com o tempo as regras e regulamentos que os regem terão uma aceitação universal e os códigos elaborados pelo Conselho Olímpico Britânico para os próximos jogos e emitidos em francês, alemão e inglês, formarão uma boa base para futuras conferências atléticas internacionais para trabalhar. Uma das tarefas mais laboriosas do Conselho Olímpico Britânico foi a elaboração desses regulamentos” (p.21)

Pela primeira vez na história dos Jogos, houve a limitação do número de competidores por país em cada prova. A definição do que era um país, porém, ainda era algo complexo¹⁴.

“Era impossível ignorar os Jogos Olímpicos anteriores, e os territórios que haviam recebido uma representação separada no Comitê Olímpico Internacional. A definição da palavra ‘país’, portanto, no regulamento geral que rege os Jogos Olímpicos, é que um ‘país’ é ‘qualquer território com representação separada no Comitê Olímpico Internacional’; Ou, quando não exista tal representação, qualquer território sob uma mesma jurisdição soberana. No Regulamento 20, também se afirma que ‘Quando dois ou mais países fazem parte do mesmo Estado soberano, um país natural ou totalmente naturalizado o sujeito ou cidadão desse Estado soberano pode representar como concorrente nos Jogos Olímpicos, quer o país em que nasceu, quer aquele em que ele habitualmente reside.’ (p.20)

Müller¹⁰ destaca que este foi um problema importante para os organizadores dos Jogos, principalmente na relação da Grã-Bretanha com suas colônias. Neste momento, foi necessário que a decisão fosse tomada não apenas pelo comitê do país organizador, mas pelo Comitê Olímpico Internacional.

“Surgiram algumas complicações políticas acerca do direito de participação das colônias da coroa britânica (dominions). O COI declarou-se supranacional pela primeira vez e criou uma geografia própria, de acordo com a qual os dominions podiam participar autonomamente por decisão própria.” (p.410)

A preocupação com o limite de competidores era grande e todos os Comitês Olímpicos Nacionais tiveram de encaminhar ao Comitê Olímpico Britânico uma relação contendo o número de competidores que seriam inscritos, vetando assim as inscrições individuais. No caso de nações em que os comitês não estavam estabelecidos, seriam aceitas inscrições por meio de associações desportivas.

Diferentemente do relatório dos Jogos de 1904, que trazia os atletas divididos por equipes, o de 1908 separa os atletas apenas por países. Foram 2.647 competidores de 22 nações, sendo que os atletas de Austrália e Nova Zelândia competiram sob um

mesmo comitê: o da Australásia. Além do quadro de medalhas, o relatório traz ainda uma tabela atribuindo pontos aos países de acordo com o número de atletas no pódio.

Após as dificuldades com os Jogos de 1900 e 1904, a organização britânica mostrava um novo caminho. Simbolicamente, outro momento que de destaque ocorreu na cerimônia de abertura: um desfile dos atletas participantes, precedidos pelas bandeiras de suas pátrias.

1912 – A definição de um sistema de disputa

País com a terceira maior delegação nos Jogos de 1908, a Suécia ficou encarregada de sediar a edição olímpica de 1912. Em 1909, durante um Congresso Internacional, membros do comitê organizador sueco levaram a sugestão de criar um programa padrão, com um número reduzido de modalidades: atletismo, luta livre, ginástica e natação. Apesar de ser o país organizador, o comitê sueco enfrentou a resistência de outras nações e ficou encarregado de elaborar um novo programa, apresentado em 1910. Cartas-convite foram emitidas a diferentes comitês¹⁵

Enviados os documentos, a organização sueca tinha ainda um problema: em vários países havia atletas e entidades esportivas interessados em participar das competições, mas não havia ainda comitês olímpicos nacionais. A solução foi o envio de convites diretamente a associações atléticas, o que ocorreu com atletas de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile; Áustria, Canadá, China, Cuba, Índia, Luxemburgo, Nova Zelândia, Pérsia, Polônia, Servia e Sião.

Os problemas políticos que afligiam a Europa no período refletiram na organização dos Jogos de 1912¹⁰, com alguns países disputando o direito de competirem de maneira independente. A Áustria protestou contra a equipe da Boêmia e a Rússia apresentou alegações similares com relação à Finlândia. A saída encontrada foi a criação de uma geografia própria do Comitê Olímpico, conforme Coubertin narra¹⁰

“Insisti algumas vezes na inegável existência de uma ‘geografia desportiva’, distinta da geografia política, contrastando, por exemplo, as razões que nos haviam levado a reconhecer os direitos da Boêmia e da Finlândia, com a negativa dada um ano antes aos Sokols croatas, cuja demanda não se apoiava em títulos indiscutíveis. [...] O assunto das bandeiras nacionais foi solucionado da seguinte forma: Em caso de vitória, seria colocada sobre a

bandeira austríaca ou russa uma faixa com as cores tchecas ou finlandesas e graças a isso essas cores subiram ao mastro!” (p.429 e 431)

Outros problemas que também precisaram ser resolvidos com trabalho diplomático referem-se à definição do programa olímpico. A Dinamarca, por exemplo, insistiu para que o boxe fosse incluído, mas como país sede a Suécia manteve o veto à disputa da modalidade, que era proibida no país. O programa do ciclismo também foi reduzido, a pedido dos suecos. O país sede, porém, recuou a parte das pressões realizadas para que o programa olímpico fosse estendido.

Responsáveis pelas inscrições dos atletas, os comitês olímpicos nacionais eram também os fiadores da condição amadora dos inscritos. Cabia ainda a eles o papel de representantes dos competidores nos casos de protestos ou júris internacionais. Quando havia dúvidas sobre regulamentos, os pedidos de esclarecimentos deviam ser feitos pelas representações nacionais. O regulamento previa a obrigação dos participantes de serem cidadãos natos ou naturalizados dos países que representavam. A ficha de inscrição trazia, inclusive, um campo para definir a data de naturalização.

Outra medida foi limitar o número de inscritos por nação em cada evento. No caso das disputas individuais, cada país poderia inscrever 12 atletas. Já nas competições coletivas o limite era de uma equipe por nação. Os responsáveis pelo futebol abriram uma exceção, permitindo que cada nação inscrevesse quatro equipes, situação particular e que visava atender um único objetivo: permitir que a delegação britânica pudesse inscrever separadamente equipes da Inglaterra, Escócia, Irlanda e País de Gales. Apesar da exceção concedida, os britânicos enviaram apenas um time.

Apesar das limitações, a existência de regras claras e a vinculação aos comitês nacionais ajudou os Jogos a crescerem: 27 nações foram representadas por 3.282 competidores.

Outro ponto de destaque dos Jogos Olímpicos de 1912 foi a repetição do regulamento adotado pelos ingleses em 1908 em diversas modalidades¹⁵. Assim como o documento de 1908, o relatório oficial dos Jogos de 1912 traz tabelas detalhadas com o número de conquistas de atletas de cada país. O documento traz ainda uma tabela na qual são somados os pontos de cada nação, sendo atribuídos três pontos a cada primeiro lugar, dois pontos pelos segundos lugares e um ponto pelo terceiro lugar. Cada vez mais a nação se tornava um elemento fundamental na organização olímpica.

1914 – O congresso de Paris

A previsão do Comitê Olímpico Internacional é que a sexta edição dos Jogos Olímpicos ocorresse no ano de 1916, na cidade de Berlim, Alemanha, que já havia manifestado a intenção de receber a competição em 1908 e 1912.

Em 1913 um Congresso foi realizado em Lausanne, na Suíça, para discutir os aspectos psicológicos do esporte. Em junho de 1914, um novo congresso foi realizado, desta vez em Paris. Marcado para celebrar os 20 anos da retomada da criação do Comitê Olímpico Internacional, o encontro debateu uma série de mudanças que marcariam as edições seguintes dos Jogos. À época, o COI reconhecia 32 comitês nacionais e 29 enviaram delegados. Outro fato importantíssimo foi a presença de representantes de federações internacionais de diferentes modalidades. Conforme documento do Centro de Estudos Olímpicos¹⁶, neste encontro foram discutidos os papéis dos diferentes agentes na organização dos Jogos: federações internacionais, comitês nacionais e comitês internacionais. Outra discussão foi a adoção de um programa uniforme para as edições olímpicas.

Várias comissões foram criadas e questões gerais foram abordadas. Entre as mais relevantes, a criação de critérios de elegibilidade para a participação de atletas nos Jogos Olímpicos – sendo vetadas as inscrições individuais e havendo obrigatoriedade de vinculação de um comitê olímpico nacional, além da obrigatoriedade da condição de amador; a unificação do programa dos jogos (com a definição de modalidades obrigatórias e uma relação de modalidades facultativas); a responsabilização das federações internacionais de cuidar das regras das diferentes modalidades e a abolição da classificação final por nações.

O Congresso de Paris foi fundamental para definir as bases dos Jogos Olímpicos dali em diante.¹⁰

“O COI e os representantes do CON deram forma neste congresso ao programa unificado dos futuros Jogos Olímpicos, uma necessidade desde muito tempo. Para isso foram analisados todos os esportes em relação à sua “maturidade Olímpica”, porém já era impossível chegar a um acordo sobre quais seriam descartados. [...] De modo geral, o congresso de Paris havia transcorrido com êxito, já que foi possível solucionar um grande número de

questões que, em parte, esperavam desde 1896. As competências do COI, dos CONs e das Federações Internacionais foram reguladas satisfatoriamente, e a autoridade do COI permaneceu intacta no resultado final.” (p.442)

As decisões provocariam mudanças significativas nos Jogos Olímpicos, mas os rumos da competição também foram alterados por outros fatos históricos. No mesmo mês de junho de 1914, em que foi realizado o Congresso de Paris, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do império Áustrio-Húngaro, foi assassinado em Sarajevo. A morte dele foi o estopim para a Primeira Guerra Mundial, que assolou a Europa até 1918. Com a guerra em andamento, Coubertin afastou-se da presidência do COI, que teve a sede transferida para Lausanne, na Suíça – país que manteve postura de neutralidade durante a Guerra. A publicação das decisões do Congresso de Paris, de 1914, só foi feita em 1919, após o fim do conflito. Com novas bases, os Jogos Olímpicos de 1920 foram realizados na Antuérpia. Começava ali a fase de afirmação dos Jogos Olímpicos³.

Considerações

Fundado no final do século XIX, o Comitê Olímpico Internacional é uma instituição que conseguiu manter-se ativo e crescer em importância mundial ao longo de todo o século XX e início do século XXI. A instituição surgiu com um caráter internacionalista e, apesar de todas as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas ao longo dos tempos, se manteve.

Coubertin usou a diplomacia como caminho para manter o caráter internacionalista da competição que idealizou. Neste sentido, o papel de alguns agentes mudou ao longo das cinco primeiras edições olímpicas. Dois instantes são significativos para a reviravolta da primeira para a segunda fase olímpica: os Jogos Olímpicos de Londres, em 1908, no qual os ingleses tiveram a preocupação de estabelecer um padrão de regras e definiram parâmetros para a participação de atletas, e o Congresso de Paris, em 1914, que definiu qual seria o papel desempenhado pelos diferentes agentes envolvidos em uma edição olímpica: federações internacionais, comitês nacionais e comitê olímpico internacional.

É indiscutível que a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a impossibilidade da realização dos Jogos de 1916 tiveram um papel importante nas mudanças ocorridas no Movimento Olímpico. Todavia, os Jogos Olímpicos passaram por uma mudança significativa a partir de 1920 não apenas por influência externa, mas também como uma mostra de evolução que ocorria desde a primeira edição, em 1896.

Por mais que alguns discursos tentem ignorar a ligação entre política e Jogos Olímpicos, desde o início a competição foi utilizada como ferramenta política, sendo a ligação entre nação e atleta uma marca existente desde a primeira edição. Não é à toa que os relatórios oficiais trazem ao lado do nome dos competidores a nação de origem. É significativo também que a única exceção a esta regra tenha ocorrido na edição de Saint Louis, na qual os norte-americanos se preocuparam mais em mostrar a supremacia de seus atletas do que com o caráter internacionalista da competição.

Retomando Santos¹ há que se considerar que a participação nos Jogos Olímpicos foi, desde sempre, um ponto importante dentro de uma rede existente entre nações – rede esta que conta com aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Expandir o número de pontos – ou seja, de Comitês Olímpicos Nacionais – foi um trabalho árduo para os membros fundadores do Comitê Olímpico Internacional, que adotaram essa prática por meio da diplomacia, meio altamente eficiente até os dias atuais. Assim, não é casual a grande presença de nobres e políticos nos primeiros anos do Movimento Olímpico e persiste até o presente, muito embora tenha havido uma redução dessa casta tanto na política como na sociedade contemporânea.

A adoção de uma geografia própria para os Jogos, defendida por Coubertin em 1912, mostra como a ligação entre a competição e a política aumentava naquele momento histórico – afinal, lutar pelo direito de ser uma nação independente na competição era lutar por representatividade.

Essa construção foi fundamental tanto para a consolidação dos Jogos Olímpicos no começo do século XX como pelas alterações posteriores, levando à necessidade atual de se reconsiderar as representações nacionais diante do cenário de conflitos e redefinição de fronteiras.

Referências

1 SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção, São Paulo: Hucitec, 1996

- 2 HOULIHAN, Barrie. Sport and Globalization. *The Sport and Society Reader* (2010) edited by David Karen and Robert E. Washington. Routledge
- 3 RUBIO, K. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. *Revista brasileira de Educação Física Esporte*, São Paulo, v.24, n.1, p.55-68, jan./mar. 2010
- 4 RUBIO, Katia. Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional. *Revista da USP*. São Paulo, n. 108, p. 21-28. Janeiro/fevereiro/março 2016
- 5 HOBBSAWM, E. J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade [tradução Maria Cella Paoil, Anna Maria Quirino] - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- 6 GOTTMAN, Jean [1975]. A evolução do conceito de território, in *Boletim Campineiro de Geografia*, v.2, n.3, 2012. Texto originalmente intitulado "The evolution of the concept of territory", traduzido de versão publicada no periódico *Social Science Information*, v.14, n.3, ago.1975, p-29-47
- 7 VALLAUX, Camille. *El Suelo y el Estado*, Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914.
- 8 HOBBSAWM, E. J. *A era do Capital, 1848-1875 / 21ª edição* - São Paulo: Paz e Terra, 2014
- 9 THE OFFICIAL REPORT, *The Olympic Games of 1896*. Versão digital disponível em <http://library.la84.org/6oic/OfficialReports/1908/> Acesso em 16/06/2017
- 10 MÜLLER, Norbert; TODT, Nelson Schneider. (Orgs.). *Pierre de Coubertin (1863-1937) – Olimpismo: seleção de textos*. Lausanne, Porto Alegre: Comitê Internacional Pierre de Coubertin, EdiPUCRS, 2015.
- 11 FRANCESCHI NETO, M. A participação do Brasil no movimento olímpico internacional de 1896 a 1925. 1999. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro.
- 12 LUCAS, Charles. *The Olympic Games, 1904*; Charles J.P. Lucas; Woodard & Tiernan Co., 1905. Versão digital disponível em <http://library.la84.org/6oic/OfficialReports/1904/> Acesso em 16/06/2017
- 13 GIGLIO, S.S. *COI x Fifa: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos*. 2013. 518 f. Tese de doutorado em ciências defendida na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.
- 14 THE OFFICIAL REPORT, *The Olympic Games of 1908*. Versão digital disponível em <http://library.la84.org/6oic/OfficialReports/1908/> Acesso em 16/06/2017
- 15 THE OLYMPIC GAMES OF STOCKHOLM, 1912, Official report. Edited by ERIK BERGVALL. Translated by EDWARD ADAMS-RAY. <http://library.la84.org/6oic/OfficialReports/1912/> Acesso em 16/06/2017
- 16 Olympic Congresses. Historical Archives / Olympic Studies Centre (2011). Versão digital disponível em https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Olympic-Studies-Centre/List-of-Resources/Resources-available/Archives/EN-Olympic-Congresses.pdf#_ga=2.182756902.1248340396.1497633505-1089814504.1494857147 Acesso em 16/06/2017